

DECRETO Nº 13.270, DE 30 DE MAIO 2023

Consolida a Legislação Tributária e as disposições relativas ao IPTU, ITBI, ISSQN, COSIP e Taxas do Município de Nova Iguaçu.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA IGUAÇU, no uso de suas atribuições legais, com amparo no que dispõe o Artigo 212 do Código Tributário Nacional, DECRETA:

Art. 1º Fica consolidada nos termos do Anexo I deste Decreto, a LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogado o DECRETO Nº 12.686, DE 5 DE ABRIL DE 2022.

Nova Iguaçu, 30 de maio de 2023.

ROGERIO MARTINS LISBOA  
Prefeito

**ANEXO I**

**ÍNDICE**

Id. 03361/2023

**I- Código Tributário Municipal**

CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL	
ATO NORMATIVO/NÚMERO	TEMA
LEI COMPLEMENTAR Nº. 3.411, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2002.	"Dispõe sobre o sistema tributário municipal e as normas gerais de direito tributário aplicáveis ao Município".

**II- Legislação Tributária**

ANTERIOR A 2002		
ATO NORMATIVO/NÚMERO	TEMA	NORMA
LEI Nº 2.801, DE 24 DE ABRIL DE 1997	"Altera a redação da Lei nº 720, de 09 de dezembro de 1983, acrescenta novos dispositivos; altera a redação do parágrafo único do artigo 361 e revoga o artigo 368, ambos da Lei Complementar nº 002 de 26 de dezembro de 1995; e dá providências correlatas."	GERAL
DECRETO Nº 5.847, DE 08 DE MAIO DE 1997	"Aprova o Regimento Interno do Conselho de Contribuintes do Município"	GERAL
LEI Nº. 2866, DE 25 DE NOVEMBRO DE 1997	"Dispõe sobre a legalização de obras existentes de construção, modificação, e acréscimo em edificações residenciais e não residenciais construídas sem a observância da legislação urbanística municipal, e da outras providências"	GERAL

LEI n.º 2.872, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1997	<i>"Concede incentivos fiscais à implantação e ampliação de indústrias e empresas prestadoras de serviços no Município e dá outras providências"</i>	INCENTIVOS FISCAIS
DECRETO Nº 6.156 DE 17 DE AGOSTO DE 1999.	<i>"Institui o projeto cidadão legal, altera o valor de taxas, estabelece normas de inscrição do comércio rudimentar, modifica valores das Taxas da Tabela do Decreto 6.081/99 e dá outras providências."</i>	GERAL
LEI N.º 3.009, DE 24 DE SETEMBRO DE 1999.	<i>"Estende os benefícios da Lei n.º 2.872, de 15 de dezembro de 1997, à atividade do comércio".</i>	BENEFÍCIOS FISCAIS
LEI N.º 3.036, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1999.	<i>"Estabelece medidas e incentivos visando a participação do Município no Programa de Arrendamento Residencial (PAR), criado pela medida Provisória n.º 1.823, de 29 de abril de 1999, e dá outras providências".</i>	INCENTIVOS FISCAIS
LEI MUNICIPAL Nº 3.041, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1999.	<i>"REGULAMENTO DE LIMPEZA URBANA DE NOVA IGUAÇU E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS"</i>	GERAL
LEI Nº 3.052, DE 21 DE DEZEMBRO DE 1999.	<i>"Dispõe sobre a legalização predial e o reconhecimento de modificações e acréscimos em edificações existentes e dá outras providências".</i>	GERAL
LEI Nº 3.068, DE 17 DE JANEIRO DE 2000.	<i>"Autoriza o Poder Executivo a dispor sobre a isenção de tributos Municipais e dá outras providências".</i>	BENEFÍCIOS FISCAIS
LEI Nº 3.121, DE 18 DE AGOSTO DE 2000	<i>"Altera a lei 2.961, de 12 de dezembro de 1998 – lei de parcelamento do solo urbano - visando a produção de parcelamentos de pequeno porte e dá outras providências"</i>	GERAL
LEI Nº 3.122, DE 18 DE AGOSTO DE 2000.	<i>"CRIA NORMAS E INCENTIVOS À PRODUÇÃO IMOBILIÁRIA DE EMPREENDIMENTOS DO TIPO VILA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"</i>	GERAL
LEI N.º 3.268, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2001.	<i>"Autoriza o Executivo Municipal a fazer compensação do ISS da</i>	ISSQN

	<i>Rede de Ensino Particular e dá outras providências”.</i>	
LEI N.º 3.271 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2001.	<i>“Cria o Estatuto Municipal da Microempresa e dá: Empresa de Pequeno Porte no âmbito do Município de Nova Iguaçu”.</i>	GERAL
LEI N.º 3.280 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2001.	<i>“Institui incentivos fiscais, simplificação de obrigações e acessórias e de exigências administrativas, em benefício de empresas prestadoras de serviços de Operação Logística, possibilitando a ocupação de vazios consagrados no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e o incremento das atividades econômicas do Município”.</i>	INCENTIVOS FISCAIS
LEI Nº 3.293 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2001	<i>“Altera dispositivos da Lei nº 3.120, de 18 de agosto de 2000 e dá outras providências.”</i>	GERAL
LEI Nº 3.317, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2001.	<i>“Institui a Contribuição de Melhoria para Obras e Serviços de Iluminação Pública – COMSIP – e dá outras providências.”</i>	GERAL
LEI Nº 3.319 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2001.	<i>“Dispõe sobre a regularização e legalização de construções, modificações e acréscimo que menciona, existentes no território municipal e dá outras providências.”</i>	Geral
DECRETO Nº 6432 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2001	<i>“Regulamenta a Lei nº 3.317 de 28/12/2001 instituindo normas e diretrizes para cobrança de contribuição de melhoria para obras e serviços de iluminação pública e dá outras providências.”</i>	CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA PARA OBRAS DE SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA – COMSIP

<b>ANO</b>	<b>2002</b>	
<b>ATO NORMATIVO / NÚMERO</b>	<b>TEMA</b>	<b>NORMA</b>
DECRETO Nº 6.475 DE 08 DE MAIO DE 2002.	<i>“Decreta que em todos os pagamentos efetuados pela Prefeitura e seus entes, será obrigatório o recolhimento do ISSQN – Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza”.</i>	ISSQN
LEI Nº 3.443, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2002.	<i>“Altera a Lei Complementar nº 3.411, de 10 de novembro de 2002 e dá outras providências”.</i>	GERAL
LEI Nº 3.447 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2002	<i>“Institui a cobrança de serviços públicos não</i>	GERAL

	<i>compulsórios e dá outras providências”</i>	
DECRETO 6.567 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2002.	<i>“Institui o calendário Fiscal para o pagamento de tributos do Município de Nova Iguaçu”.</i>	CALENDARIO TRIBUTOS
DECRETO 6.569 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2002.	<i>“Estabelece e atualiza, para o pagamento de tributos do exercício 2003 a tabela de valor do índice real, para cálculo do MAIS VALIA”</i>	GERAL
LEI Nº 3.453 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2002	<i>“Dispões sobre a Contribuição de Iluminação Pública – CIP e dá outras providências”</i>	COSIP

<b>ANO</b>	<b>2003</b>	
<b>ATO NORMATIVO / NÚMERO</b>	<b>TEMA</b>	<b>NORMA</b>
DECRETO 6.644 DE 13 DE MARÇO DE 2003	<i>“Fixa o ISSQN - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, por estimativa sobre a atividade de transporte coletivo de passageiros”.</i>	ISSQN
DECRETO Nº 6654 DE 28 DE MARÇO DE 2003.	<i>Regulamenta a Lei nº 3.271 de 14/12/2001, que institui o Estatuto da Micro Empresa e Empresa de Pequeno Porte, fixando as normas para a sua aplicação</i>	GERAL
DECRETO Nº 6655 DE 28 DE MARÇO DE 2003	<i>“Regulamenta a Lei nº 3.280 de 14/12/2001, que institui incentivos fiscais, simplificação de obrigações acessórias e de exigências administrativas, em benefício de empresas prestadoras de serviços de Operação Logística na Cidade de Nova Iguaçu”.</i>	INCENTIVOS FISCAIS
DECRETO 6.729 DE 10 DE SETEMBRO DE 2003.	<i>“Regulamenta a prestação de serviços de transporte de cargas , na modalidade FRETE, na Cidade de Nova Iguaçu e dá outras providencias”.</i>	GERAL
DECRETO 6.737 DE 17 DE SETEMBRO DE 2003.	<i>“Torna sem efeito todos os reconhecimentos de Imunidade Tributária e da outras providencias”</i>	IMUNIDADE
DECRETO N ° 6.739 DE 23 DE SETEMBRO DE 2003	<i>“No âmbito da Administração Pública Direta ou Indireta , Centralizada ou Descentralizada , do Município de Nova Iguaçu , fica determinado o cumprimento do Decreto nº 6.592 , de 27 de Dezembro de 2002 , que tem por objeto a instituição de normas e diretrizes para a cobrança da Contribuição de Iluminação Pública”</i>	COSIP
LEI COMPLEMENTAR Nº 009 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2003.	<i>“Dá nova redação, inclui e altera dispositivos da Lei Complementar nº 3.411 de 01 de novembro de 2002, que dispõe sobre o Sistema</i>	GERAL

	<i>Tributário da Cidade de Nova Iguaçu.</i>	
LEI COMPLEMENTAR N.º 010 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2003	<i>“Introduz na Legislação Tributária Municipal, por força do advento da Lei Complementar Federal Nº 116, de 31 de julho de 2003, dispositivos que disciplinam o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN e dá outras providências.”</i>	ISSQN
LEI COMPLEMENTAR Nº 011, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2003	<i>“Fica instituída na Legislação Tributária Municipal, a Taxa de Fiscalização de Veículo de Transportes de Passageiros - T. F. V.”.</i>	TAXAS
LEI Nº 3.527, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2003.	<i>“ Institui normas para Instalação e Operação de Garagens e Estacionamentos de Uso Coletivo, Empresas de Transporte, Centros de Logística, Borracharia e Comércio de Pneumáticos, Comércio de Veículos, Comércio de Autopeças e Acessórios, Oficinas Mecânicas e Lavagem de Veículos. “</i>	GERAL

<b>ANO</b>	<b>2004</b>	
<b>ATO NORMATIVO / NÚMERO</b>	<b>TEMA</b>	<b>NORMA</b>
DECRETO Nº 6.814 DE 02 DE JANEIRO DE 2004	<i>“Regulamenta o sorteio de prêmios visando a arrecadação do IPTU e redução de Dívida Ativa”.</i>	<i>IPTU</i>
DECRETO Nº 6824, DE 08 DE JANEIRO DE 2004	<i>“Estabelece o “CALENDARIO FISCAL” para pagamento do Imposto Predial Territorial Urbano — IPTU no exercício de 2004”.</i>	<i>CALENDARIO TRIBUTOS</i>
DECRETO Nº 6825, DE 08 DE JANEIRO DE 2004	<i>“Estabelece o “CALENDARIO FISCAL” para pagamento , do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza — ISSQN c de Taxas, no exercício de 2004”</i>	<i>CALENDARIO TRIBUTOS</i>
DECRETO Nº 6872 DE 13 DE ABRIL DE 2004	<i>“Dispõe sobre a regulamentação da Lei 3.494/2003 que concedeu a gratuidade no transporte público aos portadores de deficiência e aos doentes crônicos no âmbito do Município de Nova Iguaçu</i>	<i>ISSQN</i>
DECRETO Nº 7015 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2004.	<i>“Estabelece o “CALENDÁRIO FISCAL” para pagamento do Imposto Predial Territorial Urbano – IPTU no exercício de 2005”.</i>	<i>CALENDARIO TRIBUTOS</i>

<b>ANO</b>	<b>2005</b>	
<b>ATO NORMATIVO / NÚMERO</b>	<b>TEMA</b>	
DECRETO Nº 7053 DE 12 DE FEVEREIRO DE 2005.	<i>“Estabelece o “Calendário Fiscal” para pagamento das Taxas de Localização, Taxa de Coleta de Lixo, Taxa de Fiscalização Sanitária e ISSQN – Imposto Sobre Serviço de Qualquer</i>	<i>ISSQN</i>

	<i>Natureza para o exercício de 2005”.</i>	
DECRETO Nº 7061 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2005.	<i>“Altera o Calendário Fiscal instituído pelo Decreto nº 7053, de 12 de fevereiro de 2005”.</i>	CALENDARIO TRIBUTOS
LEI Nº 3.651 DE 14 DE JULHO DE 2005	<i>“Concede isenção de TAXAS e Contribuições Municipais relacionadas ao Patrimônio do Estado Do Rio De Janeiro, de suas Autarquias e Fundações Públicas”.</i>	BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS
LEI Nº 3.688, DE 07 DE OUTUBRO DE 2005.	<i>“Autoriza o Poder Executivo a contratar empréstimo externo com Instituição Financeira Internacional”.</i>	GERAL
LEI Nº 3.690 DE 11 DE OUTUBRO DE 2005.	<i>“Dispõe sobre o cadastramento empresarial espontâneo e de ofício, institui o regime simplificado para pagamento dos tributos municipais, define a empresa “ fundo de quintal”, e dá outras providências”.</i>	GERAL
LEI NO. 3.691 , DE 11 DE OUTUBRO DE 2005.	<i>“Dispõe sobre as condições para remissão do débito de IPTU e das taxas imobiliárias dos imóveis, objeto de cadastramento ou de recadastramento imobiliário.”</i>	BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS
LEI nº 3.692, DE 11 DE OUTUBRO DE 2005	<i>Dispõe sobre as normas aplicáveis ao recadastramento imobiliário para fins de lançamento do IPTU e o cadastramento de ofício dos imóveis que não possuam cadastro ou que tenham áreas acrescidas de forma irregular</i>	GERAL
LEI N.º 3.703, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2005.	<i>“DÁ NOVA REDAÇÃO E INCLUI DISPOSITIVOS NA LEI COMPLEMENTAR N.º 3.411 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2002, QUE DISPÕE SOBRE O CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU.”</i>	GERAL
LEI Nº 3.723, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2005.	<i>“Dispõe sobre a delegação da prestação dos serviços de transporte coletivo de âmbito municipal”</i>	GERAL
LEI Nº 3.726, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2005.	<i>“Autoriza o Poder Executivo a disponibilizar incentivos às empresas que vierem a se instalar no Município de Nova Iguaçu e dá outras providências”.</i>	GERAL
LEI COMPLEMENTAR N.º 014 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2005.	<i>“Altera dispositivos do Código Tributário do Município de Nova Iguaçu, e dá outras providências.”</i>	GERAL
LEI Nº 3.731 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2005.	<i>“AUTORIZA A IMPLANTAÇÃO, INSTITUI O PROGRAMA PASSE ESCOLA, AUTORIZA A IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA</i>	GERAL

	DE BILHETAGEM ELETRÔNICA NO SERVIÇO DE TRANSPORTE COLETIVO NO MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.	
DECRETO N.º 7.269, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2005.	“Institui O Calendário De Recolhimento De Tributos Municipais De Nova Iguaçu(Catrini), Fixa O Índice De Atualização Monetária Dos Créditos Da Fazenda Municipal, E Dá Outras Providências.”	CALENDARIO TRIBUTOS
LEI COMPLEMENTAR Nº 15, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2005.	“DÁ NOVA REDAÇÃO, INCLUI E ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 3.411 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2002, QUE DISPÕE SOBRE O CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU.”	GERAL
LEI Nº 3754 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2005.	“Autoriza o poder executivo Municipal a dispor sobre a Isenção de tributos Municipais aos templos Religiosos e dá outras Providências.”	BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS

<b>ANO</b>	<b>2006</b>	
<b>ATO NORMATIVO / NÚMERO</b>	<b>TEMA</b>	<b>NORMA</b>
DECRETO 7.326 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2006	“Regulamenta a Responsabilidade pela Retenção na Fonte e Recolhimento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, Relativos aos Serviços Tomados por Pessoas Jurídicas de Direito Público e Privado no Âmbito do Município de Nova Iguaçu – RJ”.	ISSQN
DECRETO Nº. 7.330, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2006	“REGULAMENTA A DECLARAÇÃO MENSAL DE SERVIÇOS – DMS, INSTITUÍDA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 014, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2005”.	ISSQN
LEI Nº 3.756, DE 10 DE MARÇO DE 2006.	“INCLUI OS ESTUDANTES DA REDE PÚBLICA ESTADUAL NO PROGRAMA “PASSE-ESCOLA” INSTITUÍDO PELA LEI Nº3.731, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2005 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.	GERAL
DECRETO 7.438 DE 20 DE JUNHO DE 2006.	“Institui O Calendário De Recolhimento De Tributos Municipais De Nova Iguaçu (Catrini), para imóveis novos cadastrados em 2005 e 2006”.	CALENDARIO TRIBUTOS
LEI Nº 3.786 DE 07 DE AGOSTO DE 2006.	“Prorroga o prazo de aplicação dos benefícios para o cadastramento empresarial espontâneo – Projeto Seja Legal – previstos na Lei 3.690/2005.”	GERAL

RESOLUÇÃO Nº 004, DE 29 DE SETEMBRO DE 2006.	<i>Institui Comitês de Gestão do Projeto ISS Mais Fácil e Grupos de Trabalho de Acompanhamento e Fiscalização do Imposto sobre Serviços (ISS).</i>	ISSQN
DECRETO Nº 7527, DE 04 DE OUTUBRO DE 2006.	<i>“Regulamenta a retenção na fonte do imposto sobre serviços (ISS), o seu pagamento pelos responsáveis tributários, o fornecimento de informações, dá nova redação ao Anexo I do Decreto nº 7.326, de 02 de fevereiro de 2006 e dá outras providências”.</i>	ISSQN
DECRETO Nº 1548, DE 19 DE OUTUBRO DE 2006	<i>Prorroga o prazo de recadastramento imobiliário para fins de lançamento de IPTU e o cadastramento de imóveis não cadastros instituídos pela Lei 3.692 de 11 de outubro de 2005</i>	GERAL
LEI COMPLEMENTAR Nº. 17, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2006	<i>“Altera e acrescenta dispositivos à lei complementar no 3411/02, de 01 de novembro de 2002 - código tributário municipal e dá outras providências”.</i>	GERAL
LEI COMPLEMENTAR Nº. 18, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2006	<i>“Altera e dá nova redação aos dispositivos Da lei complementar nº 3411, de 01 de Novembro de 2002 – código tributário Municipal, à lei 3447, de 19 de dezembro de 2002, e dá outras providências”.</i>	GERAL
LEI COMPLEMENTAR Nº. 19, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2006	<i>“Altera dispositivos do código tributário do município de Nova Iguaçu, e dá outras providências – 10% ISS e Taxas”.</i>	GERAL
LEI COMPLEMENTAR Nº. 20, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2006	<i>“Altera e acrescenta dispositivos à lei complementar no 3411/02, de 01 de novembro de 2002 - código tributário municipal e à lei complementar nº 010/2003 e dá outras providências – TFL 50% e TCA”.</i>	GERAL
LEI COMPLEMENTAR Nº. 21, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2006	<i>“Altera dispositivos do código tributário municipal que tratam da contribuição para o custeio da iluminação pública – cosip”.</i>	COSIP
LEI Nº 3.815 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2006	<i>"Institui política de Incentivos fiscais para os Parceiros do programa Bairro escola".</i>	INCENTIVOS FISCAIS
RESOLUÇÃO Nº 001/2006 – SEMEF	<i>“Ficam alteradas as datas de vencimento para pagamento em cota única das Taxa de Fiscalização de Localização (TFL); Taxa de Coleta de Lixo sobre imóveis comerciais (TSC) e Taxa de Fiscalização Sanitária (TFS)”.</i>	TAXAS

<b>ANO</b>	<b>2007</b>	
<b>ATO NORMATIVO / NÚMERO</b>	<b>TEMA</b>	<b>NORMA</b>
LEI Nº 3.817 DE 03 DE JANEIRO DE 2007.	<i>"Dispõe sobre a criação de incentivo fiscal e sobre a instituição do fundo municipal de cultura, para a realização de projetos culturais no âmbito do município de nova Iguaçu".</i>	GERAL
RESOLUÇÃO Nº 008, DE 09 DE JANEIRO DE 2007.	<i>1.ª Convocação dos sujeitos passivos do Município de Nova Iguaçu a realizarem o recadastramento de seus dados cadastrais.</i>	GERAL
DECRETO Nº. 7.622, DE 09 DE JANEIRO DE 2007.	<b>INSTITUI A OBRIGATORIEDADE DOS SUJEITOS PASSIVOS DO MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU REALIZAR O RECADASTRAMENTO DE SEUS DADOS CADASTRAIS</b>	GERAL
RESOLUÇÃO Nº 010, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2007.	<i>Institui procedimentos e papéis de trabalho a serem aplicados na Fiscalização do Imposto sobre Serviços (ISS).</i>	ISSQN
DECRETO 7.806 DE 30 DE JULHO DE 2007.	<i>"Regulamenta o incentivo fiscal para projetos culturais no âmbito do Município de Nova Iguaçu".</i>	INCENTIVOS FISCAIS
LEI No 3.878, DE 11 DE OUTUBRO DE 2007.	<i>"Autoriza o Município de Nova Iguaçu a ceder o direito ao recebimento do fluxo financeiro oriundo do pagamento dos débitos tributários ou não-tributários, parcelados ou não parcelados, inscritos ou não inscritos em dívida ativa, em fase de cobrança administrativa ou judicial, que compõem a carteira municipal e cujos fatos geradores tenham ocorrido entre 1996 e 2007"</i>	GERAL
DECRETO 7.900 DE 19 DE OUTUBRO DE 2007	<i>"Autoriza os órgãos do poder executivo a utilizarem-se de meio eletrônico para movimentação financeira e recebimento de tributos por meio de débito automático".</i>	GERAL
DECRETO 7.832 DE 22 DE NOVEMBRO DE 2007	<i>"Institui O Calendário De Recolhimento De Tributos Municipais De Nova Iguaçu (Catrini)".</i>	CALENDARIO TRIBUTOS
LEI COMPLEMENTAR Nº 022, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2007.	<i>"Dispõe sobre a extinção da taxa de fiscalização de localização, de instalação e de funcionamento de estabelecimento – tfl, altera e acrescenta dispositivos à lei complementar no 3411/02, de 01 de novembro de 2002 – código tributário municipal, e dá outras providências".</i>	TAXAS
LEI COMPLEMENTAR Nº. 023, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2007.	<i>"Dá nova redação aos artigos 615 e 713 do código tributário do município de nova Iguaçu".</i>	GERAL
LEI Nº. 3.901, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2007.	<i>"Dispõe sobre as condições para a concessão de benefícios fiscais em</i>	BENEFÍCIOS FISCAIS

	<i>favor de empresas cadastradas espontaneamente pelo projeto "seja legal"</i> .	
LEI Nº 3.900 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2007	<i>"Concede isenção do imposto sobre a transmissão intervivos de bens imóveis nas hipóteses que menciona"</i>	BENEFÍCIOS FISCAIS
LEI Nº. 3.902, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2007.	<i>"Dispõe sobre as condições para a remissão do IPTU e das taxas imobiliárias em benefício de pessoas de baixa renda".</i>	BENEFÍCIOS FISCAIS

<b>ANO</b>	<b>2008</b>	
<b>ATO NORMATIVO / NÚMERO</b>	<b>TEMA</b>	<b>NORMA</b>
LEI COMPLEMENTAR Nº. 024, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2008.	<i>"Acréscce dispositivos à lei Complementar n.º 10/2003, adequando as Normas tributárias municipais do Imposto sobre serviços de qualquer Natureza ao estatuto nacional da Microempresa e da empresa de pequeno Porte, nos termos do artigo 146, iii, "d", da Constituição federal e do artigo 94 do Seu ato das disposições constitucionais Transitórias e, ainda, com base na lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro De 2006."</i>	GERAL
LEI COMPLEMENTAR Nº. 025, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2008.	<i>"Acréscce dispositivos à lei Complementar n.º 10/2003, Adequando as normas tributárias Municipais do imposto sobre Serviços de qualquer natureza ao Estatuto nacional da Microempresa e da empresa de Pequeno porte, nos termos do Artigo 146, iii, "d", da constituição Federal e do artigo 94 do seu ato Das disposições constitucionais Transitórias e, ainda, com base na Lei complementar n.º 123, de 14 de Dezembro de 2006."</i>	GERAL
DECRETO Nº. 8.075, DE 09 DE MAIO DE 2008.	<i>"Dispõe sobre a dívida ativa do Município, tributária ou não, e Disciplina os procedimentos, a Cobrança, e inscrição dos créditos do Município de nova iguaçu no livro da Dívida ativa, e dá outras providências".</i>	DIVIDA ATIVA

LEI Nº 3.929 DE 04 DE JUNHO DE 2008.	<i>"Altera dispositivos da Lei 3.878, de 11 de outubro de 2007."</i>	GERAL
DECRETO 8.282 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2008.	<i>"Institui O Calendário De Recolhimento De Tributos Municipais De Nova Iguaçu (Catrini)".</i>	CALENDARIO TRIBUTOS

<b>ANO</b>	<b>2009</b>	
<b>ATO NORMATIVO / NÚMERO</b>	<b>TEMA</b>	<b>NORMA</b>
RESOLUÇÃO Nº 001, DE 26 DE JANEIRO DE 2009.	<i>"Institui procedimentos a serem aplicados no fluxo do contencioso para o Processo Administrativo Tributário (PAT)".</i>	GERAL
LEI Nº. 3.984, DE 06 DE MAIO DE 2009.	<i>"CONCEDE ISENÇÃO DO IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS – ITBI – AOS EMPREENDIMENTOS ENQUADRADOS NO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA"</i>	BENEFÍCIOS FISCAIS
DECRETO 8.497 DE 27 DE OUTUBRO DE 2009	<i>"Institui O Calendário De Recolhimento De Tributos Municipais De Nova Iguaçu (Catrini)".</i>	CALENDARIO TRIBUTOS
DECRETO 8.530 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2009	<i>"Dispõe sobre medidas para o incremento da cobrança de créditos inscritos em dívida ativa do Município de Nova Iguaçu".</i>	DIVIDA ATIVA

<b>ANO</b>	<b>2010</b>	
<b>ATO NORMATIVO / NÚMERO</b>	<b>TEMA</b>	<b>NORMA</b>
INSTRUÇÃO NORMATIVA N.º 001 /SEMEF/ 2010	<i>INSTITUI O FORMULÁRIO DE "INFORMAÇÕES DE TRANSAÇÕES IMOBILIÁRIAS".</i>	GERAL
INSTRUÇÃO NORMATIVA N.º 002 /SEMEF/ 2010	<i>"Deverá o órgão responsável pela recepção e análise dos documentos que instruem os Referidos pedidos de emissão da guia de ITBI, observar o prazo de 90 (noventa) dias Estabelecido no § 2º, do Art. 242, da Lei Estadual n.º 3.350/99, referentes à validade das certidões de caráter pessoal e as relativas às causas cíveis e criminais e de 30 (trinta) dias nas</i>	ITBI

	<i>certidões de ônus reais, na forma do Decreto-Lei n.º 93.240/86.”</i>	
INSTRUÇÃO NORMATIVA N.º 007 /SEMEF/ 2010	<i>“Nos casos em que as opções pelo Sistema Simplificado de pagamento de Tributos, tiveram o seu indeferimento, face ao não pagamento da Taxa de Licença de Estabelecimento TLE, em razão da sua não emissão em tempo hábil, ou quando as referidas taxas já se encontravam pagas e assim mesmo ocorreram os referidos indeferimentos, deverão ser reconsiderados pelo órgão responsável pelo cadastramento das atividades econômicas do Município.”</i>	GERAL
LEI Nº 4.028 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2010.	<i>“Concede isenção de tributo Municipal incidente sobre a execução de obras de construção civil de unidades residenciais direcionadas para o atendimento ao projeto do governo federal denominado Minha Casa Minha Vida implantado pela medida provisória nº 459,25/03/2009 e dá outras providências”</i>	BENEFÍCIOS FISCAIS
DECRETO Nº. 8.547, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2010.	<i>“DISCIPLINA A EMISSÃO DE NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA (NFS-e) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, NOS TERMOS EM QUE ESPECIFICA”</i>	ISSQN
INSTRUÇÃO NORMATIVA N.º 003/SEMEF/2010.	<i>Institui o formulário de Informações de Serviços Contratados.</i>	GERAL
DECRETO Nº 8.681, DE 28 DE JULHO DE 2010. (REPUBLICADO POR INCORREÇÃO NO DIA 29/07/10).	<i>“Estabelece normas que devem ser observadas na contratação de obras realizadas no âmbito da Administração Municipal e dá outras providências.”</i>	GERAL
INSTRUÇÃO NORMATIVA N.º 006 /SEMEF/ 2010.	<i>Prorroga o prazo para a emissão de Nota Fiscal Eletrônica – NFSe para contribuintes prestadores de serviço ainda não credenciados.</i>	GERAL
LEI COMPLEMENTAR Nº 028, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2010.	<i>“Altera dispositivos da lei Complementar nº 3411/2002”.</i>	GERAL

ANO	2011	
ATO NORMATIVO / NÚMERO	TEMA	NORMA

DECRETO 8.903 DE 10 DE JANEIRO DE 2011	"Prorroga o prazo para pagamento da cota única do IPTU".	IPTU
DECRETO Nº. 9.015, DE 10 DE MAIO DE 2011	"PRORROGA O PRAZO PARA RECOLHIMENTO DO ISSQN CORRESPONDENTE A COMPETÊNCIA DE ABRIL DE 2011."	ISSQN
DECRETO Nº 9.044 DE 17 DE JUNHO DE 2011.	"Dispõe sobre o tratamento diferenciado ao microempreendedor individual – MEI, no âmbito da cidade de nova Iguaçu e dá outras providências."	GERAL
DECRETO Nº. 9.051, DE 22 DE JUNHO DE 2011.	"Regulamenta o disposto no Artigo 296-e da lei Complementar 3411/02 com a Nova redação dada pela lc 28/2010."	GERAL
LEI 4094 DE 01 DE JULHO DE 2011	"Dispõe sobre a isenção da TLE – Taxa de Localização para Estabelecimento para os contribuintes enquadrados como MEI	TAXAS
LEI 4.097 DE 14 DE JULHO DE 2011	"Autoriza o poder Executivo da cidade de Nova Iguaçu a conceder incentivos fiscais para a criação do parque industrial de Santa Rita e adjacências".	INCENTIVOS FISCAIS
LEI COMPLEMENTAR Nº 030, DE 01 DE AGOSTO DE 2011.	"Altera e revoga dispositivos Na lei complementar nº 3.411/2002".	GERAL

<b>ANO</b>	<b>2012</b>	
<b>ATO NORMATIVO / NÚMERO</b>	<b>TEMA</b>	<b>NORMA</b>
LEI COMPLEMENTAR Nº 032 DE 11 DE OUTUBRO DE 2012	Inclui parágrafo único ao artigo 827 do Código Tributário do Município de Nova Iguaçu, para execução fiscal irregular e dá outras providências.	GERAL
LEI Nº 4.202, DE 27 DE SETEMBRO DE 2012.	"DISPÕE SOBRE A SUSPENSÃO E O CANCELAMENTO DE ALVARÁS DE HOTÉIS E SIMILARES, QUE HOSPEDEM CRIANÇAS E/OU ADOLESCENTES DESACOMPANHADOS DOS PAIS, RESPONSÁVEIS OU SEM AUTORIZAÇÃO, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU"	GERAL
LEI Nº 4.209, DE 11 DE OUTUBRO DE 2012	"Inclui parágrafo único ao artigo 827 do código tributário do município de nova iguaçu, para execução fiscal irregular e dá outras providências".	GERAL
LEI Nº 4.210, DE 23 DE OUTUBRO DE 2012.	"Dispõe sobre a anistia de multas e juros e dá outras providências".	BENEFÍCIOS FISCAIS
DECRETO Nº 9.629, DE 31 DE OUTUBRO DE 2012	"APROVA NORMAS PARA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI Nº 4.210/2012."	BENEFÍCIOS FISCAIS

<b>ANO</b>	<b>2013</b>	
<b>ATO NORMATIVO / NÚMERO</b>	<b>TEMA</b>	<b>NORMA</b>
LEI 4.220 DE 14 DE JANEIRO DE 2013	<i>"Autoriza o Poder Executivo a firmar contratos e convênios com escolas particulares no âmbito do Município de Nova Iguaçu"</i>	GERAL
LEI Nº 4.225 DE 14 DE JANEIRO DE 2013	<i>"Concede isenção de IPTU para imóveis destinados ao funcionamento de templos religiosos e dá outras providências"</i>	BENEFÍCIOS FISCAIS
LEI Nº 4.226 DE 14 DE JANEIRO DE 2013	<i>"Concede isenção de IPTU para imóveis destinados ao funcionamento de templos religiosos e dá outras providências"</i>	BENEFÍCIOS FISCAIS
LEI Nº 4.229 DE 14 DE JANEIRO DE 2013	<i>"Estabelece incentivos à implantação de empreendimentos habitacionais na Cidade de Nova Iguaçu através do Programa Minha Casa Minha Vida."</i>	INCENTIVOS FISCAIS
LEI Nº 4.240 DE 14 DE JANEIRO DE 2013	<i>"Autoriza a Procuradoria Geral do Município a não promover a inscrição e a cobrança judicial de créditos tributários antieconômicos"</i>	DIVIDA ATIVA
LEI Nº 4.241 DE 14 DE JANEIRO DE 2013	<i>"Institui o Programa Especial de Regularização Fiscal da Cidade de Nova Iguaçu – 'REFIS – NOVA IGUAÇU' – e dá outras providências".</i>	BENEFÍCIOS FISCAIS
DECRETO 9.788 DE 26 DE JANEIRO DE 2013	<i>"Altera o início da vigência do Programa REFFIS"</i>	BENEFÍCIOS FISCAIS
LEI COMPLEMENTAR Nº 34, DE 30 DE JANEIRO DE 2013.	<i>"Revoga os Artigos 322 a 335 do Código Tributário Municipal"</i>	GERAL
DECRETO 9.837 DE DE 10 ABRIL DE 2013	<i>"Prorroga prazos de vencimento do ISSQN – autônomo, Taxa de coleta de lixo de imóveis comerciais – TSC, Taxa de Fiscalização Sanitária – TFS, Taxa de Controle Ambiental"</i>	CALENDARIO TRIBUTOS
LEI n. 4266 DE 18 DE ABRIL DE 2013	<i>"INSTITUI O FUNDO ESPECIAL DE DÍVIDA ATIVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".</i>	DIVIDA ATIVA
DECRETO Nº 9.970, DE 02 DE AGOSTO DE 2013	<i>PRORROGA O PRAZO DO PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO FISCAL DA CIDADE DE NOVA IGUAÇU - REFIS - NOVA IGUAÇU.</i>	BENEFÍCIOS FISCAIS
DECRETO 10.064 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2013	<i>"Institui O Calendário De Recolhimento De Tributos Municipais De Nova Iguaçu (Catrini), para o exercício de 2013."</i>	CALENDARIO TRIBUTOS
DECRETO Nº. 10.085, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2013	<i>"Dá nova redação ao Art. 6º, do Decreto nº. 7.326 de 02 de fevereiro de 2006, revogando os parágrafos 1º e 2º do mesmo dispositivo".</i>	GERAL

LEI COMPLEMENTAR Nº 038 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2013.	“Altera o item 11 do anexo x da lei complementar nº 28, de 13 de dezembro de 2010”	GERAL
----------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------	-------

ANO	2014	
ATO NORMATIVO / NÚMERO	TEMA	NORMA
DECRETO Nº 10.336 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014	“Dispõe sobre a cobrança dos créditos Municipais e dá outras providências Revogando o decreto 8.530/2009”.	DIVIDA ATIVA
LEI COMPLEMENTAR Nº 039 DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014	“Altera dispositivos do Código Tributário Municipal que tratam da contribuição para o custeio da iluminação pública – COSIP, e dá outras providências.”	COSIP
LEI Nº 4.438 DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014	“DISPÕE SOBRE A GRATUIDADE NO TRANSPORTE PÚBLICO AOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA E AOS DOENTES CRÔNICOS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”	ISSQN
DECRETO Nº10.350, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2014	“Institui o calendário de recolhimento de Tributos municipais de nova Iguaçu (catrini), Para o exercício de 2015, fixa os índices de Atualização monetária dos créditos da fazenda municipal, e dá outras providências”.	CALENDARIO TRIBUTOS

ANO	2015	
ATO NORMATIVO / NÚMERO	TEMA	NORMA
LEI 4.474 DE 27 DE JANEIRO DE 2015	“Altera a LC 38 de 2014”	GERAL
DECRETO Nº 10.422 DE 02 DE MARÇO DE 2015	“Dispõe sobre o procedimento de compensação regulamentado o Art.712, inciso i da lei complementar 3.411 de 1º de novembro de 2002 E ao art.17, §3º, da lei 3.731 de 16 de dezembro de 2005”.	GERAL
LEI COMPLEMENTAR Nº 043 DE 29 DE MAIO DE 2015	“ALTERA DISPOSITIVO DA LEI COMPLEMENTAR 3.411, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2002 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.	GERAL
LEI COMPLEMENTAR Nº 044 DE 05 DE JUNHO DE 2015.	“Altera a lei complementar nº 39, de 19 de novembro de 2014 e dá outras providências”.	GERAL
DECRETO Nº 10.500, DE 12 DE JUNHO DE 2015	“ALTERA O DISPOSTO NO DECRETO 10.422 DE 02 DE MARÇO DE 2015”	GERAL
DECRETO Nº. 10.568, DE 17 DE SETEMBRO DE 2015	“REGULAMENTA AS DISPOSIÇÕES DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇO DE QUALQUER NATUREZA – ISSQN, CONTIDAS NA LEI COMPLEMENTAR Nº 3411	ISSQN

	DE 01 DE NOVEMBRO DE 2002, INSTITUI O GERENCIAMENTO ELETRÔNICO DO ISSQN - SISTEMA ELETRÔNICO DE GESTÃO -, A ESCRITURAÇÃO ECONÔMICO-FISCAL E A EMISSÃO DE GUIA DE RECOLHIMENTO POR MEIOS ELETRÔNICOS; INSTITUI A NOTA FISCAL ELETRÔNICA DE SERVIÇOS NFSE; ESTABELECE OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS RELATIVAS AO ISSQN – IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	
LEI COMPLEMENTAR Nº 046 DE 30 DE SETEMBRO DE 2015.	"Altera dispositivos do código tributário municipal que tratam da contribuição para o custeio da iluminação pública - cosip".	COSIP
LEI Nº 4.537 DE 30 DE SETEMBRO DE 2015 –	Cria o Programa de Conciliação das Execuções Fiscais e dá outras providências.	BENEFÍCIOS FISCAIS
DECRETO 10.581 DE 01 DE OUTUBRO DE 2015	"Dispõe sobre a data de início da vigência do programa Concilia"	BENEFÍCIOS FISCAIS
DECRETO 10.585 DE 09 DE OUTUBRO DE 2015	"Institui o calendário de recolhimento de Tributos municipais de nova Iguaçu (catrini), Para o exercício de 2016".	CALENDARIO TRIBUTOS
LEI COMPLEMENTAR Nº 047 DE 03 DE DEZEMBRO DE 2015	"Altera dispositivos da Lei Complementar nº 3411, de 01 de novembro de 2002 – Código Tributário Municipal e a Lei Complementar nº 20/06, de 29 de dezembro de 2006."	GERAL
DECRETO Nº 10.614 DE 03 DE DEZEMBRO DE 2015	PRORROGA O PRAZO DO PROGRAMA CONCILIA NOVA IGUAÇU E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	BENEFÍCIOS FISCAIS
DECRETO 10.631 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2015	"Dispõe sobre o reajuste da COSIP"	COSIP
LEI COMPLEMENTAR Nº. 048, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2015.	"Altera dispositivos da Lei Complementar nº 3411/02, de 01 de novembro de 2002 - Código Tributário Municipal e a Lei Complementar nº 20/06, de 29 de dezembro de 2006"	GERAL

ANO	2016	
ATO NORMATIVO / NÚMERO	TEMA	NORMA
DECRETO Nº 10.676 DE 09 DE MARÇO DE 2016 .	"Regulamenta a dação em pagamento de bens imóveis como forma de extinção da obrigação tributária no município de Nova Iguaçu, prevista no inciso XI do artigo 156 do Código Tributário Nacional, inciso XI do artigo 690 e artigo 718-A do Código Tributário	GERAL

	<i>Municipal (Lei Complementar 3.411/2002)".</i>	
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº. 001/SEMEF/2016, DE 29 DE JULHO DE 2016.	<i>"Dispõe sobre a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica-NFS-e, Documentos Gerenciais, sob a forma de Recibo Provisório de Serviços-RPS, inclusive em regime especial, e procedimentos de acordo com os requisitos estabelecidos para suas autorizações, em consonância com a legislação tributária municipal vigente, em especial com Decreto nº. 10.568 de 17 de setembro de 2015."</i>	GERAL
DECRETO N. 10298 DE 11 DE OUTUBRO DE 2016	<i>INSTITUI O CATRINI PARA 2017</i>	CALENDARIO TRIBUTOS
DECRETO 10.798 DE 17 DE OUTUBRO DE 2016	<i>"Institui o calendário de recolhimento de Tributos municipais de nova Iguaçu (catrini), Para o exercício de 2017".</i>	CALENDARIO TRIBUTOS
LEI 4623 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2016	<i>"Institui o programa de recuperação fiscal"</i>	BENEFÍCIOS FISCAIS
DECRETO 10.810 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2016	<i>"Altera o início da vigência do REFFIS"</i>	BENEFÍCIOS FISCAIS

<b>ANO</b>	<b>2017</b>	
<b>ATO NORMATIVO / NÚMERO</b>	<b>TEMA</b>	<b>NORMA</b>
LEI COMPLEMENTAR Nº 54 DE 04 DE ABRIL DE 2017.	<i>"Institui o programa de Incentivo à regularização Fiscal com a fazenda pública Do município de nova iguaçu (refis) - programa nome Limpo"</i>	BENEFÍCIOS FISCAIS
DECRETO Nº 10.943 DE 28 DE ABRIL DE 2017.	<i>REGULAMENTA A LEI COMPLEMENTAR Nº 054/2017, QUE DISPÕE SOBRE O PROGRAMA DE INCENTIVO À REGULARIZAÇÃO FISCAL COM A FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU (REFIS) – PROGRAMA NOME LIMPO .</i>	BENEFÍCIOS FISCAIS
LEI Nº 4662 DE 31 DE MAIO DE 2017	<i>"Autoriza o poder executivo A conceder isenção sob Condição onerosa, do Imposto de transmissão de Bens imóveis localizados no Município de nova Iguaçu, a Sujeitos passivos que venham A participar de projetos de Infraestrutura municipais, Condicionado ao Preenchimento de condições E ao cumprimento de Requisitos estabelecidos em Lei, permite a cessão de Direitos creditórios Originados de créditos Tributários e não Tributários do município e dá Outras providências".</i>	BENEFÍCIOS FISCAIS
DECRETO Nº 10.976 DE 02 DE JUNHO DE 2017.	<i>"Prorroga prazo do programa de incentivo à regularização fiscal"</i>	BENEFÍCIOS FISCAIS

	<i>com a fazenda Pública do município de nova iguaçu (refis) – programa nome limpo”</i>	
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº. 001/SEMEF/2017, DE 15 DE AGOSTO DE 2017.	<i>“Dispõe sobre o regulamento do atendimento do Plantão Fiscal desta Secretaria.”</i>	GERAL
DECRETO Nº 11.076 DE 19 DE SETEMBRO DE 2017.	<i>“Regula os procedimentos de tributação do issqn para os serviços de construção civil, regulamentando os artigos 407 a 412 da lei complementar 3.411/2002”.</i>	ISSQN
LEI COMPLEMENTAR Nº 055 DE 20 DE SETEMBRO DE 2017.	<i>“Altera a Lei Complementar nº 3.411 de 1º de Novembro de 2002, que dispõe sobre o ISSQN – IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA, e dá outras providências”</i>	ISSQN
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº. 002/SEMEF/2017, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017.	<i>“Regula, no âmbito da Secretaria Municipal de Economia e Finanças, o Decreto 11.076 de 19 de Setembro de 2017 e dá providencias.”</i>	GERAL
LEI COMPLEMENTAR Nº 57 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2017.	<i>“Altera a Lei Complementar Municipal no 3.411/2002, de 01 de novembro de 2002 e dá outras providências.”</i>	GERAL
DECRETO N.º 11.162 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2017.	<i>Regulamenta Lei complementar Nº 047 de 03 de dezembro de 2015, que dispõe sobre tratamento diferenciado, simplificado e favorecido às microempresas, empresas de pequeno porte e ao microempreendedor individual, definindo atividades de alto risco e instituindo declaração de responsabilidade do empresário.</i>	GERAL
LEI COMPLEMENTAR Nº 058 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2017	<i>“Altera a Lei Complementar Municipal no 3.411/2002, de 01 de novembro de 2002 e dá outras providências.”</i>	GERAL
DECRETO 11.163 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017	<i>“Regulamenta os artigos 160-A, 160B e 160C da Lei Complementar 3.411 de novembro de 2022, alterada pela LC 055 de 20 de setembro de 2017.”</i>	ISSQN
INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA Nº 01 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017	<i>Fixa prazo final para adesão ao programa de Incentivo à regularização fiscal com a fazenda Pública do município de nova Iguazu (refis) – Programa nome limpo, dos contribuintes que Apresentaram interesse dentro do prazo legal Porém forma impedidos por procedimentos Administrativos.</i>	BENEFÍCIOS FISCAIS
<b>ANO</b>	<b>2018</b>	

ATO NORMATIVO / NÚMERO	TEMA	NORMA
PORTARIA 001/SEMEF/2018, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2018.	"Regulamenta os artigos 160-A, 160B e 160-C da Lei Complementar 3.411 de 01 de novembro de 2.002, alterada pela Lei Complementar 055 de 20 de setembro de 2017 e pela Lei Complementar 057 de 5 de dezembro de 2017 e as disposições do Decreto 11.163 de 11 de dezembro de 2017."	GERAL
DECRETO Nº 11.289 DE 26 DE ABRIL DE 2018.	"REGULA OS PROCEDIMENTOS DE LANÇAMENTO DO IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS, REGULAMENTANDO O ARTIGO 35 DA LEI COMPLEMENTAR 3.411/2002, ALTERADO PELA LEI COMPLEMENTAR 57/2017".	GERAL
DECRETO Nº 11.313, DE 22 DE MAIO DE 2018	<i>"Institui procedimentos a serem aplicados na Fiscalização Tributária no âmbito da Cidade de Nova Iguaçu."</i>	GERAL
DECRETO Nº 11.321, DE 24 DE MAIO DE 2018	<i>"Regulamenta as disposições do Imposto sobre serviço de qualquer Natureza – issqn, contidas na lei Complementar nº 3411 de 01 de novembro de 2002, alterando o gerenciamento Eletrônico do issqn - sistema eletrônico De gestão -, a escrituração econômica fiscal e a emissão de guia de recolhimento Por meios eletrônicos; institui a nota Fiscal eletrônica de serviços nfse "nova Nfse"; estabelece obrigações acessórias E dá outras providências".</i>	ISSQN
LEI Nº 4.785 DE 11 DE JULHO DE 2018.	<i>"Altera a lei nº 4229 de 14 de janeiro de 2013 e dá outras providências."</i>	GERAL
LEI COMPLEMENTAR Nº 063 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2018.	<i>Altera dispositivos da lei complementar 3.411, de 01 de novembro de 2002, que dispõe Sobre o sistema tributário municipal e as Normas gerais de direito tributário aplicáveis ao município, inclui o art. 662-a para Instituir o domicílio fiscal eletrônico do Contribuinte e dá outras providências.</i>	GERAL
LEI COMPLEMENTAR Nº 064 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2018.	<i>"Altera dispositivos da lei complementar 3.411, de 01 de novembro de 2002, que dispõe sobre o sistema tributário municipal"</i>	GERAL

	<i>E as normas gerais de direito tributário Aplicáveis ao município, inclui o art. 434-a Para instituir a declaração eletrônica de Serviços das instituições financeiras e dá Outras providências”</i>	
LEI Nº 4.807 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2018.	<b>DISPÕEM SOBRE CONCESSÃO DE REMISSÃO E ANISTIA NOS CASOS EM QUE ESPECÍFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.</b>	<b>BENEFÍCIOS FISCAIS</b>

<b>ANO</b>	<b>2019</b>	
<b>ATO NORMATIVO / NÚMERO</b>	<b>TEMA</b>	<b>NORMA</b>
DECRETO Nº11.546 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019.	“Altera o decreto 11.289 de 26 de abril de 2018 e dá outras providências”.	GERAL
LEI COMPLEMENTAR Nº 068 DE 29 MAIO DE 2019	“Regulamenta os procedimentos de reconhecimento De imunidade tributária, de isenção e de não Incidência, referentes aos tributos municipais, e Dá outras providências.”	<b>IMUNIDADE E BENEFÍCIOS FISCAIS</b>
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº. 001/2019/SEMEF DE 01 DE JUNHO DE 2019.	“Estabelece procedimentos e prazos dos atos praticados sobre cadastro mobiliário e legalização empresarial, estabelece a centralização do atendimento empresarial e define atribuições da Central de Atendimento Empresarial e Plantão Fiscal Empresarial.	GERAL
PORTARIA SEMEF Nº 014 DE 09 DE JULHO DE 2019.	<b>DETERMINA A CRIAÇÃO DO GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO E MONITORAMENTO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS.</b>	GERAL
PORTARIA SEMEF Nº 015 DE 10 DE JULHO DE 2019.	“Institui o programa de fiscalizações de issqn para o exercício de 2019.”	ISSQN
LEI COMPLEMENTAR N. 069 DE 23 DE JULHO DE 2019.	“Altera o código tributário da cidade de nova Iguaçu para permitir que contribuintes idosos que tenham débitos possam ter reconhecida a isenção do IPTU.”	<b>BENEFÍCIOS FISCAIS</b>
PORTARIA SEMEF Nº 17 DE 24 DE JULHO DE 2019.	<b>REGULAMENTA O PROCEDIMENTO DE COMPENSAÇÃO DO ISSQN DAS EMPRESAS DE TRANSPORTE PÚBLICO DE PASSAGEIROS AUTORIZADO PELO DECRETO Nº 10.422 DE 02 DE MARÇO DE 2015.</b>	ISSQN
LEI Nº 4.862 DE 09 DE SETEMBRO DE 2019.	Revoga a Lei 3.815 de 29 de dezembro de 2006, e dá outras providências.	GERAL

DECRETO Nº 11.760 DE 30 DE SETEMBRO DE 2019.	<i>“Institui o calendário de recolhimento de tributos municipais de Nova Iguaçu (CATRINI), para o exercício de 2020, fixa os índices de atualização monetária dos créditos da Fazenda Municipal, e dá Outras providências.”</i>	CALENDARIO TRIBUTOS
LEI COMPLEMENTAR Nº 71 DE 09 DE OUTUBRO DE 2019.	<i>“Cria o programa concilia nova Iguaçu/2019 com o município de nova Iguaçu.”</i>	BENEFÍCIOS FISCAIS
DECRETO Nº 11.783 DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.	<i>“REGULAMENTA A LEI COMPLEMENTAR nº 071 DE 09 DE OUTUBRO DE 2019, DISPONDO SOBRE O PROGRAMA CONCILIA NOVA IGUAÇU/2019.”</i>	BENEFÍCIOS FISCAIS
LEI Nº 4.872 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2019	<i>Altera a Lei 4.229 de 14 de janeiro de 2013, dispõe sobre incentivos fiscais aos imóveis beneficiados pelo Programa Minha Casa Minha Vida e dá outras providências.</i>	BENEFÍCIOS FISCAIS
LEI COMPLEMENTAR Nº 072 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2019.	<i>ALTERA E INSERE DISPOSITIVOS NA LEI COMPLEMENTAR Nº 3.411 DE 02 DE NOVEMBRO DE 2002 E NA LEI COMPLEMENTAR Nº 10 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2003, CRIA O CADASTRO DE EMPRESAS PRESTADORAS DE OUTRO MUNICÍPIO - CEPOM - E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.</i>	GERAL
DECRETO Nº 11.817 DE 06 DEZEMBRO DE 2019	<i>“REGULAMENTA A LEI COMPLEMENTAR 68 DE 29 DE MAIO DE 2019, DEFINE A COMPETÊNCIA PARA O RECONHECIMENTO DOS BENEFÍCIOS FISCAIS, AUTORIZA O RECADASTRAMENTO DAS ENTIDADES RELIGIOSAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.</i>	BENEFÍCIOS FISCAIS
PORTARIA SEMEF Nº 027 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2019	<i>“Regulamenta, no âmbito desta secretaria a lei complementar nº 068 de 29 de maio de 2019 e regulamenta os seguintes documentos.”</i>	IMUNIDADE E BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS
LEI COMPLEMENTAR Nº 075 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2019	<i>Altera Lei Complementar nº 3.411 de 1º de novembro de 2002, dando nova redação, em especial as taxas mercantis, enquadramento através de tabelas de valores por cadastro de atividades econômicas – CNAE e dá outras providências</i>	GERAL

ANO	2020	
ATO NORMATIVO / NÚMERO	TEMA	NORMA

DECRETO Nº 11.838 DE 10 DE JANEIRO DE 2020.	<i>"Altera o Decreto Nº 11.760 de 30 de setembro de 2019 que institui o calendário de recolhimento de tributos municipais de Nova Iguaçu (CATRINI), para o exercício de 2020, fixa os índices de atualização monetária dos créditos da Fazenda Municipal, e dá outras providências"</i>	CALENDARIO TRIBUTOS
DECRETO Nº 11.839, DE 14 DE JANEIRO DE 2020.	<i>Regulamenta as licenças e autorizações de funcionamento para estabelecimentos de autônomos pessoas físicas, microempreendedores, empresários individuais, sociedades empresárias e sociedades simples; define o grau de risco das atividades econômicas exercidas no território do município de NOVA IGUAÇU e dá outras providências.</i>	GERAL
DECRETO Nº 11.877 DE 03 DE MARÇO DE 2020.	<i>"Atualiza os valores de alçada da lei municipal nº 4.240/2013 e dá outras providências"</i>	DIVIDA ATIVA
LEI Nº 4.888 DE 06 DE MARÇO DE 2020 ORIUNDA DO PROJETO DE LEI Nº 158/2018.	<i>"Dispõe sobre a obrigação das empresas beneficiadas com incentivo fiscal a destinar no mínimo 10% (dez por cento) das vagas de trabalho a pessoas com deficiência, no âmbito da Cidade de Nova Iguaçu."</i>	BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS
DECRETO Nº 11.895 DE 18 DE MARÇO DE 2020	<i>"Altera o Decreto Nº 11.760 de 30 de setembro de 2019 que institui o calendário de recolhimento de tributos municipais de Nova Iguaçu (CATRINI), para o exercício de 2020, fixa os índices de atualização monetária dos créditos da Fazenda Municipal, e dá outras providências."</i>	CALENDARIO TRIBUTOS
DECRETO Nº 11.897 DE 20 DE MARÇO DE 2020.	<i>"Suspende o protesto de dívida ativa municipal pelo prazo de sessenta dias em razão do covid-19"</i>	DIVIDA ATIVA
DECRETO Nº 11.909 DE 31 MARÇO DE 2020.	<i>"Estabelece medidas temporárias para redução do impacto econômico sobre os contribuintes durante a vigência da situação de calamidade no município de nova Iguaçu."</i>	GERAL
LEI Nº 4.913 DE 28 DE SETEMBRO DE 2020	<i>Dispõe sobre a proibição de incentivos fiscais para as empresas comprovadamente culpadas por corrupção ou por ato de improbidade administrativa por agente público, no âmbito da Cidade de Nova Iguaçu, e dá providências.</i>	INCENTIVOS FISCAIS

ANO	2021	
ATO NORMATIVO / NÚMERO	TEMA	NORMA
DECRETO Nº 12.198 DE 26 DE JANEIRO DE 2021.	ATUALIZA OS VALORES DE ALÇADA DA LEI MUNICIPAL Nº 4.240/2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".	DIVIDA ATIVA
LEI COMPLEMENTAR Nº 077 DE 12 DE FEVEREIRO DE 2021.	"Revoga a lei complementar nº 75 de 20 de dezembro de 2019 e dá outras providências."	GERAL

DECRETO Nº 12.249 DE 08 DE MARÇO DE 2021.	“Altera o art. 5º do decreto nº 12.136 de 04/12/2020 e estabelece outras diretrizes”	GERAL
DECRETO Nº 12.254 DE 10 DE MARÇO DE 2021.	“PRORROGA O PRAZO PARA RENOVAÇÃO DO BENEFÍCIO DE ISENÇÃO DE IPTU PARA O BIÊNIO 2021-2022”	BENEFÍCIOS FISCAIS
PORTARIA Nº 08/SEMEF/2021 DE 30 DE ABRIL DE 2021.	“Estabelece nova modalidade para recolhimento do Imposto sobre a transmissão “inter vivos”, a qualquer Título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza Ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, Exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a Sua aquisição – itbi, criando o programa itbi ágil”	ITBI
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº. 002/SEMEF/2021, DE 5 DE MAIO DE 2021.	“Dispõe sobre aplicação do parágrafo único do artigo 25 da Lei Federal 14.118 de 12 de janeiro de 2021 à legislação municipal.”	GERAL
LEI COMPLEMENTAR Nº 078 DE 29 DE JUNHO DE 2021	“Altera o parágrafo único do artigo 543 da lei complementar nº 3.411, de 2002, que institui o sistema tributário municipal e as normas gerais de direito tributário aplicáveis ao município.”	GERAL
LEI Nº 4.947 DE 02 DE JULHO DE 2021.	“Institui benefícios fiscais para imóveis adquiridos por meio do programa federal casa verde e amarela”	BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS
LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 79 DE 12 DE AGOSTO DE 2021	“REGULAMENTA EM ÂMBITO MUNICIPAL O PARÁGRAFO 3º DO ART.155-A DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL.”	PARCELAMENTO RECUPERAÇÃO JUDICIAL
DECRETO Nº 12.459 DE 1º DE SETEMBRO DE 2021.	“Regulamenta a Lei Complementar Municipal n.º 79 de 12 de agosto de 2021 e dá outras providências.”	GERAL
PORTARIA Nº 11/SEMEF/2021 DE 24 DE SETEMBRO DE 2021.	“ALTERA A PORTARIA Nº 008/SEMEF/2021 DE 30 DE ABRIL DE 2021, AMPLIANDO O PROGRAMA ITBI ÁGIL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	ITBI
DECRETO Nº 12.499 DE 07 DE OUTUBRO DE 2021.	“REGULAMENTA A LEI 4.947 DE 02 DE JULHO DE 2021, ESTABELECENDO AS DIRETRIZES PARA O RECONHECIMENTO DA ISENÇÃO DO ITBI PARA OS IMÓVEIS INTEGRANTE DO PROGRAMA FEDERAL CASA VERDE E AMARELA”.	BENEFÍCIOS FISCAIS
DECRETO Nº 12.523 DE 28 DE OUTUBRO DE 2021.	“Prorroga o prazo para a renovação do benefício de isenção de iptu vencido nos exercícios 2020 e 2021”	CALENDARIO TRIBUTOS

LEI COMPLEMENTAR Nº 80 DE 28 DE OUTUBRO DE 2021	<i>“Cria o programa de recuperação e conciliação tributária por meio híbrido no âmbito do município de Nova Iguaçu/rj – concilia nova iguaçu. (emenda)”</i>	BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS
DECRETO Nº 12.534 DE 16 DE NOVEMBRO DE 2021.	<i>“Institui o calendário de recolhimento de tributos municipais de Nova Iguaçu (CATRINI), para o exercício de 2022, fixa os índices de atualização Monetária dos créditos da Fazenda Municipal, e dá outras providências.”</i>	CALENDARIO TRIBUTOS

<b>ANO</b>	<b>2022</b>	
<b>ATO NORMATIVO / NÚMERO</b>	<b>TEMA</b>	<b>NORMA</b>
RESOLUÇÃO PGM N.º 04 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2022	<i>“Altera o limite mínimo para protesto de certidão de dívida ativa”.</i>	DIVIDA ATIVA
DECRETO N.º 12.642 DE 9 MARÇO DE 2022	<i>“Determina a Revisão de todos os Atos de Imunidade de ITBI sobre transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, expedidos desde o exercício de 2014 e dá outras providências”.</i>	ITBI
DECRETO N.º 12.645 DE 10 DE MARÇO DE 2022.	<i>“Atualiza os valores de alçada da lei municipal n.4240/2013 e dá outras providências”.</i>	DIVIDA ATIVA
RESOLUÇÃO PGM Nº 09 DE 02 DE JUNHO DE 2022	<i>DISPÕE SOBRE OS REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA ACEITAÇÃO DO SEGURO-GARANTIA E DA CARTA DE FIANÇA-BANCÁRIA APRESENTADAS PELOS SUJEITOS PASSIVOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.</i>	DÍVIDA ATIVA
LEI COMPLEMENTAR Nº 84 DE 4 DE JULHO DE 2022	<i>Institui o Programa de Incentivo à Regularização Fiscal com a Fazenda Pública do Município de Nova Iguaçu – REFIS/2022.</i>	BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS
DECRETO N.º 12.857 DE 20 DE JULHO DE 2022	<i>Regulamenta a Lei Complementar n.º 84/2022 que dispõe sobre o Programa de Incentivo à Regularização Fiscal com a Fazenda Pública do Município de Nova Iguaçu – Refis/2</i>	BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS
LEI COMPLEMENTAR N.º 85 DE 15 DE SETEMBRO DE 2022.	<i>Altera dispositivos da Lei Complementar nº. 3.411 de 1º de novembro de 2002 - Código Tributário Municipal e dá outras providências.</i>	ITBI - TAXAS
DECRETO N.º 13.054 DE 18 DE OUTUBRO DE 2022.	<i>Institui o Calendário de Recolhimento de Tributos Municipais de Nova Iguaçu</i>	CALENDÁRIO TRIBUTOS

	<i>– CATRINI para o exercício de 2023, fixa os índices de atualização monetária dos créditos da Fazenda Municipal e dá outras providências.</i>	
DECRETO Nº 13.060 DE 26 DE OUTUBRO DE 2022.	<i>Prorroga prazo do programa de incentivo a regularização fiscal com a Fazenda Pública do Município de Nova Iguaçu</i>	BENEFÍCIOS FISCAIS
<b>ANO</b>	<b>2023</b>	
<b>ATO NORMATIVO / NÚMERO</b>	<b>TEMA</b>	<b>NORMA</b>
RESOLUÇÃO PGM Nº 06 DE 27 DE FEVEREIRO DE 2023.	<i>Implementar o sistema de classificação dos créditos fiscais em processo de cobrança pela Procuradoria Geral do Município.</i>	DÍVIDA ATIVA
LEI N.º 5.085 DE 09 DE MAIO DE 2023.	<i>RATIFICAÇÃO DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E AUTORIZATIVA DE FUNCIONAMENTO DA COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE NOVA IGUAÇU – CODENI, OBSERVANDO AS MODIFICAÇÕES NO REGIMENTO INTERNO E ESTATUTO SOCIAL EM ADAPTAÇÃO OBRIGATÓRIA À LEI 13.303 DE 30/06/2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.</i>	BENEFÍCIOS FISCAIS

**CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL**

**LEI COMPLEMENTAR N.º 3411, de 01 de Novembro de 2002**

**ÍNDICE**

<b>ASSUNTO</b>	<b>ARTIGOS</b>
Disposições Preliminares	<b>1</b>
LIVRO PRIMEIRO - Sistema Tributário Municipal – TÍTULO I - Disposições Gerais	<b>2-5</b>
TÍTULO II – Competência Tributária – Disposições Gerais	<b>6</b>
Limitações do Poder de Tributar	<b>7</b>
TÍTULO III - Impostos – IPTU	<b>8-27</b>
ITBI	<b>28-48</b>
ISSQN	<b>48-180</b>
TÍTULO IV - Taxas – Disposições Gerais	<b>181-186</b>
CAPÍTULO II – Estabelecimento	<b>187-189</b>
Taxa de Fiscalização de Localização, de Instalação, Func. De estabelecimento	<b>190-201</b>
Taxa de Fiscalização Sanitária	<b>202-213</b>